



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.114.215/0001-07

Ofício GAB. nº. 106/2023

Assunto: Encaminha Projeto de Lei de Iniciativa do Poder Executivo Municipal

Pedra Dourada/MG, 08 de agosto de 2023.

Ao Presidente da Câmara Municipal;

O Prefeito Municipal de Pedra Dourada/MG, Sr. Fagner Ferreira Veiga, no uso das suas atribuições legais, vem à presença de Vossa Senhoria para encaminhar o Projeto de Lei que pretende: **"Autorizar o Município de Pedra dourada/MG a integrar o Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Pomba- CIMERP, podendo assinar o protocolo de intenções, e dá outras providências."**

Solicitamos que o presente Projeto de Lei seja apreciado, discutido e ao final aprovado pelos Ilustres Vereadores, **em regime de urgência**, em conformidade com o artigo 52 da Lei Orgânica Municipal.

Na oportunidade, renovo a Vossa Senhoria os votos de estima e distinta consideração.

Respeitosamente,

PUBLICADO
NO QUADRO OFICIAL EM
25/10/2023

PUBLICADO
25/10/2023
NO MURAL

FAGNER FERREIRA VEIGA

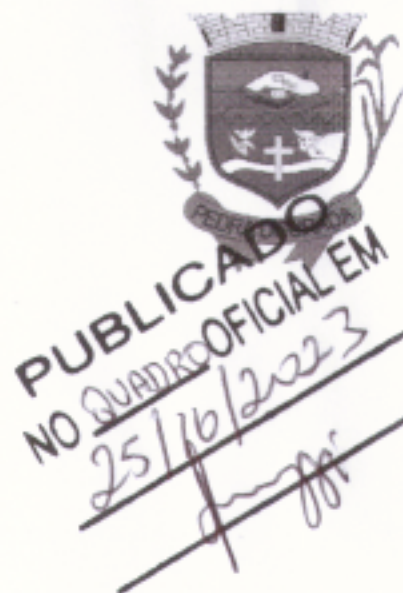
Prefeito Municipal de Pedra Dourada/MG

JUBERTO ANTONIO DE
SOSA
PRESIDENTE

RECEBIMOS
08/08/2023

Ao Ilustríssimo Presidente da Câmara Municipal de Pedra Dourada/MG
Sr. Juberto Antônio de Sousa
Praça Cristalino de Aguiar, nº. 20
Pedra Dourada/MG
CEP: 36.847-000

PAULO ROBERTO
MAGGI
CHEFE DE SECRETARIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.114.215/0001-07

JUBERTO ANTONIO DE
SOUZA
PRESIDENTE

Projeto de lei N° 006/2023

Autoriza o município de PEDRA DOURADA / MG a integrar o consorcio intermunicipal Multinitalit rio dos municípios da microrregião do médio rio Pomba-CIMERP, podendo assinar o protocolo de intenções, e dá outras providências.

Eu, PREFEITO MUNICIPAL, de Pedra dourada-mg, faço saber que a câmara municipal decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1 . fica o município de Pedra Dourada/MG , através do poder executivo e na pessoa do prefeito municipal, autorizado a integrar o **CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO RIO POMBA-CIMERP**, Entidade de personalidade jurídica de direito público , em conformidade com protocolo de intenções e estatuto será criado com base nos princípios preconizados pela lei n  11107, de 06 de abril de 2005, podendo o chefe do poder executivo municipal praticar todos os atos necessários   criação , administração e manutenção do consórcio.

Art. 2  . O CIMERP tem por finalidade planejar e executar projetos e programas que visem o desenvolvimento regional sustentável, ao aperfeiçoamento das gestões administrativas de seus consorciados e a formulação de políticas públicas regionais que venham beneficiar a população douradense e municípios circunvizinhos.

Art. 3  - Fica o Município de Pedra Dourada/MG autorizado a repassar mensalmente ao CIMERP, a título de rateio, o valor de até R\$ 1769,23 (mil setecentos e sessenta e nove reais e vinte e três centavos).

Art. 4  - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar contratos de programas com o CIMERP, pautados de acordo com o interesse do Município.

Art. 5  - A retirada do Município do CIMERP dar-se-  na forma estipulada no Estatuto Social do Consórcio, ratificado posteriormente pelo Poder Legislativo Municipal.

Art. 6  - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação própria no orçamento vigente, a ser aberta por ato do Poder Executivo.

 1  A celebração de contratos de rateio deverá consignar os recursos comprometidos nestes contratos no Orçamento Anual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei do Plano Plurianual Anual; (Redação dada pela emenda aditiva ao Projeto de Lei N  006/2023, aprovada na sessão do dia 22/08/2023)

 2  Quaisquer futuras alterações no Contrato do Consórcio, bem como os respectivos aditamentos, deverão ser ratificadas pelo Chefe do Poder Executivo, com prévia autorização do Poder Legislativo Municipal. (Redação dada pela emenda aditiva ao Projeto de Lei N  006/2023, aprovada na sessão do dia 22/08/2023)

 3  O Poder Executivo Municipal, na qualidade de partícipe do ajuste consorcial, deverá prestar contas anuais dos recursos financeiros despendidos na consecui  o das atividades desenvolvidas pelo Consórcio. (Redação dada pela emenda aditiva ao Projeto de Lei N  006/2023, aprovada na sessão do dia 22/08/2023)

Art. 7 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogando as

PAULO ROBERTO
MAGGI
CHEFE DE SECRETARIA

JUBERTO ANTONIO DE
SOUZA
PRESIDENTE

rua cristalino de Aguiar, n 20, centro, em Pedra Dourada-Minas Gerais-CEP:36847-000
Telefone (32)3748-1132 / (32) 3748 - 1004 / (32) 3748-1008 / (32) 3748-1028



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.114.215/0001-07

disposições em contrário.

Pedra Dourada/MG- 08 de agosto de 2023.

Fagner Ferreira Veiga

Prefeito Municipal de Pedra Dourada/MG

**JUBERTO ANTONIO DE
SOUSA**
PRESIDENTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.114.215/0001-07

JUSTIFICATIVAS

Ilustríssimos Senhores Vereadores, é notório os benefícios que a AMERP trouxe ao Município de Pedra Dourada, entretanto, foi criado como ampliação dos serviços até então disponibilizados a essa urbe, como forma de adequação legal e em fomento da união dos municípios, por meio da criação de um consórcio de natureza pública, que ampliará ainda mais os benefícios para o Município de Pedra Dourada/MG, pois os municípios consorciados poderão receber verbas e doações patrimoniais de órgãos públicos, inclusive receber emendas parlamentares, algo hoje não permitido para os consórcios municipais de natureza jurídica privada, sem contar a necessidade de adequação dos consórcios à Lei nº. 11.107 de 06 de abril de 2005, que normatiza e regulariza a contratação por meio dos consórcios públicos.

Não menos importante, é que parte dos serviços de maquinários serão direcionados para o CIMERP. Além disso, será possível que haja disponibilização do PROCON Regional em parceria com o Ministério Público e Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, via CESJUSC, na atuação firme em prol dos nossos consumidores. E, ainda, atuará na fomentação e orientação da implantação do SIM – Serviço de Inspeção Municipal, que permitirá que os empreendedores residentes na urbe possam ter regularizado o seu produto e podendo comercializá-lo de forma legal em toda a extensão dos municípios que compõem o consórcio.

Ademais, foi firmado uma parceria entre o CIMERP e a UFV – Universidade Federal de Viçosa, que permitirá o acesso aos serviços da alta tecnologia, a fim de facilitar ainda mais os levantamentos topográficos, principalmente na concretização da regularização fundiária REURB. E, mais, o município poderá participar das licitações compartilhadas, que certamente irá trazer economias nas contratações públicas, além de vários outros projetos que se encontram em fase de implantação para o ano de 2024.

O presente Projeto de Lei que autoriza o município de Pedra Dourada/MG a participar e compor o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO RIO POMBA– CIMERP, além de proporcionar maior acesso a verbas públicas permitindo que o município de Pedra



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.114.215/0001-07

Dourada continue se desenvolvendo e forneça mais serviços para população, que por certo irá contribuir cada vez mais com a geração de renda e emprego. Além Disso, irá fomentar o turismo, que trará mais recursos a nossa população local, e finalmente trará ainda mais transparência para o uso dos recursos, uma vez que haverá o controle do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, atendendo assim os princípios da legalidade, moralidade, publicidade e da eficiência, princípios estes norteadores da administração pública.

Esclarecendo, que não haverá impacto no orçamento, uma vez que o Município lançará mão de anulação de despesas no exercício vigente, sendo certo que os benefícios são clarividentes.

Pelas razões expostas, pugno pela aprovação do presente projeto de lei, **em caráter de urgência**, em razão da necessidade de estarmos juntos com os demais municípios vizinhos nos trilhos do progresso.

Pedra Dourada/MG- 08 de agosto de 2023.

Fagner Ferreira Veiga

Prefeito Municipal de Pedra Dourada/MG

**JUBERTO ANTONIO DE
SOUSA**
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

1ª Discussão e votação do Projeto de Lei nº. 006/2023 que: "Autoriza o município de Pedra Dourada/MG, a integrar o consórcio Intermunicipal Multinacional dos municípios da Microrregião do Médio Rio-Pomba/CIMERP, podendo assinar o protocolo de intenções e dá outras providências.

"Data: 22/08/2023

Executivo Municipal: Aprovam

Não aprovam

Elio, Custódio, Alon
Ubirajara
Alon
M. M. A. M.
Antônio
Alon
Alon

2ª Discussão e votação do Projeto de Lei nº 006/2023 que: "Autoriza o município de Pedra Dourada/MG, a integrar o consórcio Intermunicipal Multinacional dos municípios da Microrregião do Médio Rio-Pomba/CIMERP, podendo assinar o protocolo de intenções e dá outras providências.

"Data: 22/08/2023

Executivo Municipal: Aprovam

Não aprovam

Elio, Custódio, Alon
Ubirajara
Alon
M. M. A. M.
Antônio
Alon
Alon

Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.	
APROVO X	NÃO APROVO
A Comissão aprova o projeto de lei nº 006/2023, nos termos propostos.	
Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas e Fiscalização Financeira.	
APROVO X	NÃO APROVO
A comissão aprova o projeto de lei nº 006/2023, nos termos propostos.	

J. P. M.
Alon

M. M. A. M.

Alon

M. M. A. M.

Ubirajara

Comissão de Obras, Serviços Públicos Municipais, Agroindústrias, Comércio e Meio Ambiente.	
APROVO X	NÃO APROVO
A Comissão aprova o projeto de lei nº 006/2023, nos termos propostos.	
Comissão de Educação, Saúde, Esporte, Turismo, Assistência Social, Direitos Humanos e Defesa do Consumidor.	
APROVO X	NÃO APROVO
A comissão aprova o projeto de lei nº 006/2023, nos termos propostos.	

Ubirajara

J. P. M.

Alon

M. M. A. M.

Ubirajara

J. P. M.



CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA
Estado de Minas Gerais
CNPJ: 20. 296.810/0001 – 44

REQUERIMENTO SOBRE DISPENSA DO PRAZO DO INTERSTÍCIO
REGIMENTAL

EXMº. SRº

Juberto Antonio de Sousa

D.D Presidente

Câmara Municipal De Pedra Dourada

As senhoras vereadoras, Marcelo Alves Martins e Madalena Lopes de Andrade, requerem a vossa excelência, submetendo ao plenário, a dispensa do prazo do interstício regimental, com a 2ª e última discussão e votação do projeto de lei nº 006/2023, do executivo municipal que *"AUTORIZA O MUNICÍPIO DE PEDRA DOURADA/MG, A INTEGRAR O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO RIO-POMBA/CIMERP, PODENDO ASSINAR O PROTOCOLO DE INTENÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."*

Sala das sessões 22, de agosto de 2023

Marcelo Alves Martins

Madalena Lopes de Andrade



CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA-MG

PARECER JURÍDICO Nº 05/2023

PROJETO DE LEI Nº 006/2023

OBJETO

1. Autoriza o Município de Pedra Dourada-MG a integrar o Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Pomba - CIMERP, podendo assinar o protocolo de intenções, e dá outras providências.

SÍNTESE DA DEMANDA

2. O presente Projeto de Lei, de autoria do Chefe do Poder Executivo, visa a autorização para que o Município de Pedra Dourada-MG possa integrar o Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Pomba – CIMERP.
3. O referido projeto veio acompanhado da documentação necessária à tramitação, sobretudo os valores destinados ao rateio de participação no consórcio público.

PARECER JURÍDICO

4. Trata-se de parecer acerca da legalidade e constitucionalidade do Projeto de Lei nº 006/2023, de autoria do Senhor Prefeito Municipal.
5. A base legal dos consórcios públicos iniciou com a Emenda Constitucional 19/98 que deu nova redação ao artigo 241 da Constituição Federal de 1988, estabelecendo que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinariam por meio de lei os consórcios públicos e os



CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA-MG

convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos.

6. Já a regulamentação deste instituto se deu pela Lei Federal 11.107/2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e pelo Decreto Federal 6.017/2007.
7. Tais dispositivos legais autorizaram que dois ou mais entes federados podem criar um consórcio público para prestar um serviço público de interesse comum. Assim, o consórcio nasce, quando dois ou mais entes, detentores de recursos escassos, se unem com o objetivo de atender a algum interesse que lhes seja comum.
8. Quando fazem isso, diz-se que estão fazendo a gestão associada daquele interesse comum. E, considerando a necessidade dos municípios da microrregião do médio rio pomba – CIMERP, dispor de um organismo institucional capaz de atuar de forma multifinalitária, no compartilhamento de ações que visem a gestão associada e a prestação de serviços públicos consorciados com ênfase na racionalização de recursos, o Consórcio Intermunicipal CIMERP contribuirá, desta forma, para a execução de atividades de suporte nas áreas da gestão pública dos municípios da região.
9. É o breve relato dos fatos.
10. Primeiramente cumpre salientar que a Constituição Federal estabelece no artigo 30, inciso I, que é competência privativa do Prefeito Municipal legislar sobre assunto de interesse local.



CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA-MG

11. Num segundo momento, vale dizer que o artigo 89, da Lei Orgânica Municipal, institui a competência privativa do alcaide em dar início ao processo Legislativo, nos casos previstos na citada Lei.
12. Assegura, também, sobre a capacidade do Executivo na direção, na organização e no funcionamento da administração municipal.
13. A Lei Federal 11.107/05 prevê ainda:

Art. 2º Os objetivos dos consórcios públicos serão determinados pelos entes da Federação que se consorciarem, observados os limites constitucionais.

§ 1º Para o cumprimento de seus objetivos, o consórcio público poderá:

I – firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos do governo;

II – nos termos do contrato de consórcio de direito público, promover desapropriações e instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou interesse social, realizada pelo Poder Público; e

III – ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados, dispensada a licitação.

14. Por sua vez, o Decreto Federal n. 6017/07, prevê que:



CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA-MG

Art. 32. O contrato de programa poderá ser celebrado por dispensa de licitação nos termos do art. 24, inciso XXVI, da Lei no 8.666, de 1993.

Parágrafo único. O termo de dispensa de licitação e a minuta de contrato de prestação de serviços deverão ser previamente examinados e aprovados por assessoria jurídica da Administração.

15. Prevê ainda o supracitado Decreto:

Art. 18. O consórcio público poderá ser contratado por ente consorciado, ou por entidade que integra a administração indireta deste último, sendo dispensada a licitação nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei no 11.107, de 2005.

Parágrafo único. O contrato previsto no caput, preferencialmente, deverá ser celebrado sempre quando o consórcio fornecer bens ou prestar serviços para um determinado ente consorciado, de forma a impedir que sejam eles custeados pelos demais.

16. Como se vê, pode o Município integrar o Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Pomba – CIMERP.
17. Nada obstante, tem a Câmara Municipal de Pedra Dourada-MG, fulcro art. 15º, inciso XI, da Lei Orgânica Municipal, e art. 4º de seu Regimento Interno, a atribuição de fiscalizar e assessorar o Poder Executivo. E, dada a importância do orçamento municipal na vida da cidade, controlar a aplicação dos recursos públicos reveste-se numa função vital atribuída aos nobres Vereadores.



CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA-MG

18. Assim, pelo exposto, aproveito o presente parecer para recomendar ao Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final da Câmara Municipal de Pedra Dourada-MG, que recebe cópia do presente parecer, para que:
- a) A celebração de contratos de rateio deverá consignar os recursos comprometidos nestes contratos no Orçamento Anual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei do Plano Plurianual Anual;
 - b) Atente-se para que quaisquer futuras alterações no Contrato do Consórcio, bem como os respectivos aditamentos, deverão ser ratificadas pelo Chefe do Poder Executivo, com prévia autorização do Poder Legislativo Municipal.
 - c) O Poder Executivo Municipal, na qualidade de partícipe do ajuste consorcial, deverá prestar contas dos recursos financeiros despendidos na consecução das atividades desenvolvidas pelo Consórcio.
19. Trata-se o presente de parecer opinativo, ou seja, tem caráter técnico-opinativo, que não impede a tramitação e até mesmo consequente aprovação. Nesse sentido é o entendimento do Supremo Tribunal Federal¹ que, de forma específica, já expôs a sua posição a respeito, *in verbis*:

"O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo. Nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnico-jurídica, que orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução ex officio da lei. Na oportunidade do

¹ Mandado de Segurança nº 24.584-1 - Distrito Federal - Relator: Min. Marco Aurélio de Mello – STF.

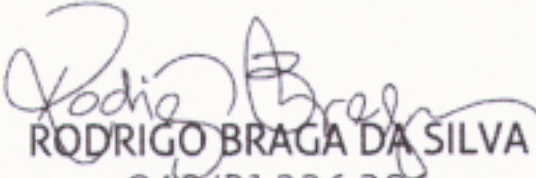


CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA-MG

julgamento, porquanto envolvido na espécie simples parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não, considerado pelo administrador.”

20. É o parecer, que ora submeto, à apreciação da digna Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final da Câmara Municipal de Pedra Dourada-MG.
21. Assim sendo, esta Assessoria Jurídica opina pela legalidade e constitucionalidade do referido Projeto de Lei, observados os apontamentos supracitados.

Pedra Dourada-MG, 18 de agosto de 2023.


RODRIGO BRAGA DA SILVA
OAB/RJ 226.286
Portaria nº 12/2023